

Um olhar sobre a cidade ilegal a partir da praça da Feira de Cáceres - MT

Vivian Cáceres Dan*

Resumo

Neste artigo iremos abordar a pretensa finalidade da modernização de uma praça específica na cidade de Cáceres, que ao tornar-se instigando a área central passa a incomodar setores da sociedade local (comerciantes, empresários, autoridades políticas, autoridades públicas, órgãos públicos e privados, associações, religiosos) já que seu uso noturno é interpretado como sendo local de prostituição, de bagunça e orgias, causando muita polêmica e instigando esses segmentos à buscar modificações nesse local. Analisaremos algumas dessas estratégias que por muitos são lidas como forma de “amenizar os problemas sociais”, mas que, por nós, toma outra interpretação: exteriorização de desigualdades sociais vivenciadas no cotidiano que, por isso, devem ser “sufocadas”, já que está muito evidente. Modificações na estrutura urbana relacionadas ao modelo de cidade que compõe as atuais administrações, interpretadas como mais um fator da política segregadora e de exclusão que trabalhadores e pessoas que ali frequentam vivenciam diariamente.

Palavras-chave: Cidade. Exclusão. Elite.

As praças se evidenciam como importantes espaços públicos urbanos e mesmo no Brasil Colônia quando essas tinham um aspecto religioso preponderante, ali também se exercia a função comercial. As políticas sanitaristas e de embelezamento fomentaram a construção dessas e auxiliou no processo de deslocamento da população mais pobre para as periferias. Destaca ainda, as praças modernas que têm a função de “áreas de lazer ativo”, e, portanto, de convivência e de passeio da população local.¹

Dessa forma, as Prefeituras e a iniciativa privada as encaram como uma prioridade, revitalizando-as e multiplicando-as, já que são tidas também como pontos turísticos e se inserem no conceito de qualidade de

* Formada em ciências jurídicas e história pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestre em história pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora colaboradora do curso de ciências jurídicas da Universidade do Estado de Mato Grosso e do Curso de Psicologia da Faculdade do Pantanal.

vida, ou seja, as praças além de embelezarem as cidades também propiciam a melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes e, constituiu-se, hoje, numa boa opção de lazer. Em Cáceres, algumas praças públicas consideradas “centrais” passaram por reformas tendo destaque no jornal “O Correio Cacerense” já em 1969, nos dando pistas de locais considerados prioridades para obras realizadas pelo Poder Público desde essa época.

De certa forma, abordar sobre a revitalização de praças desta cidade significa inseri-la dentro do tema das políticas públicas de reformas urbanas, que no final da década de 1960 até os anos 1980, assinalou ser, conforme Sant’anna,² uma política voltada para a questão da higienização da cidade, como também da segurança e da ordem, buscando controlar os fluxos produtivos da cidade como um todo e as pessoas passam a ser divididas também pela posição social que ocupa e onde habita:

[...] o processo de modernização não cessa de afirmar e de atualizar as separações entre produtivos e improdutivos, sadios e doentes, limpos e sujos, aprofundando os níveis de sensibilidades tornando menos toleráveis odores, gestos e paisagens, outrora aceitos.

Neves³ esclarece que a burguesia induziu o processo de modernização brasileira para se apropriar do Estado:

[...] a história do Brasil-desenvolvimentista (1930-1989) foi, ao mesmo tempo, a história da apropriação burguesa do Estado, para induzir o processo de modernização capitalista e desenvolver estratégias com vistas a sua legitimação social [...].

Sobre a história da construção da praça da feira foram realizadas algumas entrevistas: uma ex-feirante, a senhora Theodora da Cruz Gerales de 85 anos, um senhor que ainda continua no ramo de vendas de verduras na atual praça da feira, Toshihiko Shimo Kowa de 56 anos, confirmam as informações inicialmente coletadas no Museu Municipal da Cidade por meio do Sr. Antônio Miguel Faria Senatore, com 57 anos, diretor do Museu e filho de um feirante que foi deslocado juntamente com esses outros para lugares cada vez mais afastados do “centro” da cidade nessa época (1969-1983). E, de acordo com as informações coletadas, esses feirantes fizeram três deslocamentos rumo a lugares mais distantes do antigo “centro histórico”, afastando-se do que era considerado central e a mesma lógica continuou nos anos 1990 quando foi criado o Mercado do Produtor na saída da cidade: os feirantes fixaram-se na Praça Major João Carlos (1969-1974), na Praça Luis de Albuquerque (1975-1978), na Praça Duque de Caxias (1979-1983) e, a partir de 1983, fixaram-se na Praça da Feira. Então, na década de 1980,

vimos a criação de um espaço público para agrupar feirantes e outros trabalhadores informais, retirando-os das áreas mais centrais da cidade. O interessante é que não houve discussões na Câmara a respeito desse deslocamento, apenas uma justificativa para a mudança: a “Praça Duque não era um lugar adequado e portanto causava transtorno à vida da comunidade”. A Praça da Feira em Cáceres reúne uma grande quantidade de trabalhadores informais, ambulantes e autônomos, e foi construída em 1983 para o fim de reuni-los ali, numa área que na década de 1980 não tinha nenhuma infra-estrutura.

É importante destacar que a política econômica da década de 1980 chega ao debate na Câmara Municipal como sendo “a responsável pelo desemprego que assola todo o país e que por isso era obrigação do Poder Público, em todos os níveis, minorar seus efeitos”. A crise econômica que assola o país na década de 1980 também reflete na cidade de Cáceres. Um dos seus reflexos é a economia informal que se destaca com o aumento dessas atividades e também das atividades de feirantes. Portanto, as questões políticas estão aqui intimamente ligadas ao econômico e também aos reflexos produzidos por essa amarração: aumento da informalidade e das desigualdades vivenciadas no espaço

urbano. E portanto, aparenta ser produto de uma política que incluiu de forma diferenciada as pessoas que ali freqüentam e trabalham, restando-lhes esta área degradada quando de sua criação.

Ao analisarmos as administrações municipais dos anos de 1996 à atualidade dos seguintes prefeitos: Aloísio Coelho de Barros (agropecuário), Túlio Fontes (advogado), Ricardo Henry (empresário) e retorno do Túlio Fontes (2008 até 2012), percebemos que realmente não houve nenhuma proposta política que alterasse as estruturas de poder econômico e político, muito menos no campo social e embora sejam “inimigos políticos”, isso se reduz apenas a uma disputa da “pequena política”. E, ainda, se analisamos as ações desses gestores municipais com relação à Praça da Feira, verificamos que foram estratégias que sempre objetivaram o sufocamento do lugar, principalmente das atividades noturnas.

Em contexto local, no ano de 1999 o Poder Público Municipal na figura do então prefeito Aloísio de Barros houve a criação de um novo espaço para os feirantes e produtores rurais, denominado Mercado do Produtor e segundo o engenheiro da obra, o Sr. Eliseu de Marchi, e também segundo informações colhidas por um dos feirantes, o Sr. Toshihiko, essa foi uma tentativa de deslocar a “feira” que acontece na

Praça da Feira para esse Mercado. Mas a transferência desses não foi forçada, ficou a critério dos feirantes. Era ano eleitoral, e Aloísio disputava reeleição com o outro candidato: Túlio Fontes. Alguns foram, mas a maioria ficou na atual Praça da Feira, criando outro espaço de comércio de verduras, frutas, peixes e carnes. Porém, nos referimos a essa ação como uma iniciativa para deslocar esse local atravessado por diferentes segmentos sociais e atividades, não deixando de ser uma estratégia para modificação das atividades do local.

Notamos ainda, a partir de requerimentos aprovados no ano de 2002, a preocupação com a limpeza e a higienização desses espaços públicos pelos vereadores da Câmara mas, agora, visualizando melhorar a “imagem” desses lugares já que a área central cresceu, abrangendo também essa área da feira e, além disso, visando atender a um segmento organizado em Associação (feirantes) que faz uso desse espaço e cobram ações do Poder Público Municipal. Um dos objetivos de campanha do Prefeito Ricardo Henry (2004-2008) era “urbanizar a cidade” e, portanto, várias obras em praças, melhoramento do trânsito e asfaltamento foram concluídas em sua gestão sempre utilizando a propaganda para se auto-promover através de um site da Prefeitura de Cáceres

e também através de reportagens em jornais locais.

A Praça da Feira passou por reformas no ano de 2006-2007, numa parceria do Governo do Estado com a Prefeitura Municipal, a qual segundo o então prefeito Ricardo Henry (PP), transformou aquele local num “lugar mais digno para consumidores”, já que a Praça da Feira é tido como um local que concentra bares de baixa renda, uma praça de alimentação popular e é conhecida como a “região de diversão marginal cacerense”, porém no período diurno é frequentado por segmentos sociais de média renda que compram frutas e verduras na feira local.

O artigo “El proceso de renovación urbana en La Boca: organizaciones bariales entre nuevos usos y viejos lugares”,⁴ aborda sobre o processo de reforma urbana relacionando mecanismos de preservação e transformação do patrimônio cultural do bairro La Boca, na Argentina. Assim, o que se depreende do artigo é que a intervenção estatal que pretendia reformar um local no sentido de revalorizá-lo, preservando certas características desse e trazendo mais segurança aponta também para aspectos de transformação desse local e, portanto, sendo possivelmente uma consequência do sistema de estratificação e desigualdade social, pois, este local, reformado servirá para atender novas funções e

atores sociais e não à população que inicialmente o frequentava ou exercia alguma atividade.

É provável que a reestruturação da praça da feira também estivesse atrelada à intenção de torná-la um local onde novos segmentos pudessem usufruir desse espaço, na tentativa de iniciar um acesso mais “seletivo” desse lugar. As modificações estruturais que “re-valorizam” o lugar (deixando-o mais digno, como disse o então Prefeito), bem como o policiamento permanente do local acenam para isso, pois pretender um ambiente mais higienizado, mais seguro é torná-lo mais atrativo para setores de melhor poder aquisitivo da sociedade, significando não apenas transformar o local, mas hábitos, com a inserção de novos usos e “novos atores” nesse cenário. Isso pode ser traduzido como uma medida da racionalização urbanística em que o processo de “limpeza” também atvaria o “consumo visual”, além da promoção pessoal ao ser utilizada como propaganda política.⁵ Para Bordieu:

[...] as representações do mundo social [...] classificam a realidade e atribuem valores, no caso, ao espaço, à cidade, à rua, aos bairros, aos habitantes da urbe, não é neutra, nem reflexa ou puramente objetiva, mas implica atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder.⁶

Nesse contexto o discurso de higienização, ordenação da urbe, melhorias estruturais mascaram as transformações pretendidas: alterações de hábitos e inserção de novos atores sociais.

Em nenhum momento as discussões feitas pelos textos que abordam sobre a função das praças associou-as a ponto de encontro da marginalidade, locais de prostituição, ambulantes, e local de diversão noturna para pessoas de menor poder aquisitivo. Porém essas imagens são associadas à algumas praças, incluindo aí a Praça da Feira de Cáceres-MT e recentemente, o responsável do jornal Oeste de Cáceres, veiculou no blog “Minha opinião”, que dentre os objetivos dessa nova administração, deveria ser:

[...] tirar a feira da Rua Padre Cassemiro e levá-la para o mercado do produtor pois a praça da feira e rodoviária são **símbolos de pobreza e decadência**, zona de prostituição, marginais, menores e mendigos que por ali circulam, e este espaço deveria ser transformado, ter outras funções [...] (grifo do autor).⁷

A Praça da Feira tem duas movimentações distintas: nas manhãs de quintas e de domingos acontece a feira livre, frequentada por pessoas de melhor poder aquisitivo, já fazendo parte do costume local a compra de verduras, legumes, carnes, etc; e todas as noites funciona “a praça de alimentação”, em que bares ao redor da praça da feira abrem para rece-

ber um público de outra ordem, onde ali tornou-se espaço de uma clientela bem variada que a frequentam para diversão. Para muitos tornou-se um local de prostituição e que de certa forma exterioriza relações latentes dessa cidade visualizadas por vários segmentos da sociedade como problemas sociais e também percebidos como ponto de encontro para criminalidade/marginalidade, prostituição infantil e adulta, alcoolismo e vícios em geral, narcotráfico, moradores de rua entre outros.

O território das feiras foi transfigurado: novas práticas comportamentais passam a existir bem distante do “projeto civilizador”, sociabilidades alheias àquelas as quais foi concebida: os comerciantes estão estabelecidos junto à rua lateral da praça da feira, existem lanchonetes, pequenos mercados, ponto de moto táxi, bares. Nesse sentido, por entre os usos do espaço de acumulação capitalista (e ali economia informal), está-se reproduzindo um “espaço banal”, lugar onde a vida cotidiana se reproduz: alguns buscando formas de sobrevivência material, outros fazendo desse lugar, o *locus* de encontro, da vida coletiva, da interação e do vício. Em suma, uma infinidade de pequenos agentes anônimos tomam esse espaço com diferentes interesses e necessidades em jogo. Pois, diferentes grupos de

pessoas trabalham, consomem, vivem experiências, nos pedindo uma compreensão mais consistente sobre esta realidade.

O conflito real que se instala nesse processo é a supressão desse ponto considerado de marginalidade pela maior parte dos segmentos organizados da sociedade que estiveram reunidos no Gabinete do Prefeito Municipal para juntos organizarem ações para sufocamento desse lugar: Associação dos Comerciantes, dos feirantes, das indústrias, entidades religiosas, entidades como Rotary Club, vereadores, representantes do corpo de bombeiros, polícia, vigilância sanitária, assistência social, Sindicato Rural, estiveram reunidos em 25-04-2009.

Esse lugar é visto por vários segmentos da sociedade burguesa como o local do desconforto, do informal, do barulho e da sujeira em contraposição com os supermercados, limpos, higienizados, confortáveis, “portadores do novo”. Se a modernidade urbana vem maximizando o embate entre setores hegemônicos X amplos setores marginalizados, esse espaço então criado e formatado para a realização da feira livre, veio atender aos interesses de setores dominantes que retiram a feira de um lugar “impróprio” (Praça Major João Carlos no início da década de 1980), formatando o uso desse espaço da vida pública, na praça da

feira a partir de 1983. Ao mesmo tempo, setores marginalizados também se apropriam desse espaço dos feirantes, se recusando/sendo impedidos/incapazes de participar dessa “coreografia da normalidade”, recriando à sua maneira o uso desse espaço. Dessa forma, se apropriaram “inconvenientemente” desse lugar, ali instaurando, mesmo que de forma breve e precária, usos e territorialidades diferentes e alheias ao projeto dominante da ordem, da normalidade, da higiene.

É possível destacar já na década de 1980, setores sociais mais privilegiados se incomodando com uma grande quantidade de questões vistas como “problemas sociais” que vão ganhando visibilidade na cidade através da Imprensa e da discussões na Câmara Municipal (como as questões do desemprego, da crise econômica, menores carentes, miséria, prostituição adulta e infantil, marginalidade) presentes também na Praça da Feira, realçando aspectos negativos da feira livre (sujeira, insegurança, criminalidade etc) já que setores da população de baixa renda a frequentam principalmente no período noturno e essa situação incomoda a parcela da população que quer acabar com esse lugar.

Nos requerimentos e indicações abaixo já teremos uma idéia das pessoas que compõe parte dos problemas evidenciados pelos prefeitos e setores

organizados da sociedade: mendigos, menores infratores, menores carentes, bolivianos, prostitutas, com destaque para os problemas de higiene do local, evidenciados como crescentes.

O incômodo com essas apropriações “indevidas” do espaço da feira aparece na fala de vários representantes do Poder Público que justificam e já apontam saídas para os problemas de marginalidade, como ficou explícito na fala da então Secretária da Ação Social, no ano de 2009 em reunião no gabinete do então prefeito, que explica o que já vem sendo feito para “amenizar” esse problema, principalmente dos pedintes e moradores de rua e sobre a mobilização que acha necessária inclusive na Feira onde o problema se agrava e por isso as soluções devem ser mais drásticas. Segundo ela:

Na **praça da feira** eu estive, e o grande problema está **nos bares que ficam ali próximo da feira**. A maioria que ficam ali, bebem e permanecem não são população de rua, bebem, dormem, acordam e vão embora. A partir do momento que **fechar esses bares**, com certeza esses que dependem do álcool vai ser mais fácil encaminhar para o tratamento. E aí entra os órgãos da fiscalização, da vigilância sanitária que devem nos ajudar também. Se for adolescente nós vamos enviar para Cuiabá para tratamento, do convênio que a Prefeitura vai assinar. Se você dá esmola ali eles voltam no outro dia, não adianta. Temos que mobilizar todos juntos (grifo nosso).

A Coordenadora de apoio administrativo da Secretaria de Ação So-

cial no ano de 2009 já aborda a necessária “parceria” entre Poder Público e Sociedade civil organizada como estratégia de enfrentamento da marginalidade para ter eficácia:

Na demanda da questão social, o que a gente oferece ali, porque ali é um ambiente de degradação, infelizmente, da violação de direitos. Ali nós temos crianças e adolescentes trabalhando, a exploração sexual, as pessoas em situação de rua, essa população sempre está envolvida com drogas e álcool e nós fazemos um trabalho de abordagem, mas se nosso trabalho não for intersetorial com as políticas públicas de saúde e a sociedade não teremos resposta.

O então Secretário de Indústria (2009) assim aborda a respeito da marginalização evidenciada em alguns locais na cidade:

Como o município pode impedir a chegada de gente aqui? Ai vem mochileiros, artesãos itinerantes, e também bandidos, vem coisas boas e ruins, infelizmente eles acabam se concentrando na zona central da cidade e a feira é um exemplo, houve proliferação dos barzinhos e de repente aparece ai também as bocas de fumo, que todo mundo conhece, e não há uma política de prevenção, um combate efetivo dessas situações.

Por essa fala percebemos as realidades urbanas já que estão ocorrendo novas clivagens e as diferenciações sociais advindas da desigualdade de renda estão redefinindo a cartografia da pobreza urbana, já que os espaços urbanos estão atravessados por todo tipo de “ilegalismo”.

O vice-presidente do Rotary no ano de 2009, presente na reunião no Gabinete do Prefeito, pede a palavra para demonstrar todo o seu repúdio contra a Praça da Feira e sobre as estratégias que devem ser criadas para o “fim” desses problemas:

[...] a gente conhece a praça de madrugada e vários lugares são problemáticos, casa abandonada, iluminação pública deficiente, lojas sendo depredadas e materiais furtados, principalmente dessas portas de vidros, já conversamos com eles ali, muitos moram na cidade, temos o problema durante o dia ali, o pessoal que fica pedindo nos estacionamento, não é só a noite, principalmente de menores. Sobre a praça da feira, na minha opinião são todos os dias eu caminho de madrugada (5h) e passo ali todo dia, só hoje de manhã tinham 5 no chão. A gente só vê aqueles barzinhos ali mas tem outros barzinhos ali dentro que ficam funcionando. Ali é uma **região de meretrício**, fica uma **putaiada** que fica naquela região ali, na rua paralela, **a droga é rota usual ali**. E a gente tem que ver que não é só esse tipo de gente que vai ali, **tem pessoas que têm profissão**, e em dias de feriados, nos finais de semana ele vai ali. A nossa sugestão é que **feche esses bares. Isso não é uma medida popular, mas é uma medida necessária**. Chama os organismos competentes, Ministério do Trabalho, a Prefeitura tem que ser proibida de dar alvará para esse pessoal ficar lá funcionando até de madrugada. Ai o que acontece: Pronto Socorro sobrecarregado, bombeiros, polícia militar, até na mesa do Doutor (juiz) aumenta os processos. Sou a favor de tomar essas medidas mas também a favor de tomar medidas de emergência para **tocar na causa desses problemas não adianta fazer reparos para a goteira continuar pingando...**tem que acabar com a goteira se a gente quer resolver as coisas. Temos que acabar com isso ai porque senão é complicado. A questão do alvará já foi

discutido na reunião passada que precisava ter um alvará da vigilância sanitária, um da Prefeitura e outro do corpo de bombeiros para funcionar e junto ainda estaria o pessoal do Ministério do Trabalho também. Essa foi a principal idéia e que todo mundo achou válido. Toda a documentação que precisa e a carga horária de funcionamento (grifo nosso).

Essa fala exterioriza toda a repugnância pela existência de um lugar que exterioriza a miséria e a precarização das condições de vida. Ele pede medidas enérgicas o que sinaliza que todos que estavam na reunião concordaram com o que ele argumentou já que os depoimentos sempre sinalizaram para essa causa: acabar com a movimentação da Praça da Feira.

A Coordenadora de Apoio Administrativo da Secretaria de Ação Social no ano de 2009 também assim se refere à Praça da Feira e à ação conjunta para ter eficácia:

Na demanda da questão social, o que a gente oferece ali, porque ali é um ambiente de degradação, infelizmente, da violação de direitos. Ali nós temos crianças e adolescentes trabalhando, a exploração sexual, as pessoas em situação de rua, essa população sempre está envolvida com drogas e álcool e nós fazemos um trabalho de abordagem, mas se nosso trabalho não for intersetorial com as políticas públicas de saúde e a sociedade não teremos resposta.

Segundo Coimbra (2008, p. 88), o pensamento higienista começou a extrapolar o meio médico no final do século XIX e início do XX para se aliar a outros especialistas como pedagogos,

arquitetos/urbanistas e juristas, e essa “elite científica” tinha uma missão: promover o “saneamento moral”, salvando, assim, a sociedade moderna da degradação. Essa “degradação moral” estaria associada à pobreza pois, essa tem vícios e pode se tornar criminosa. Essa tutela então seria exercida especialmente aos pobres já que precisariam “transformá-los em corpos produtivos evitando, com isso, a formação de espíritos descontentes, desajustados e rebeldes”. E ainda segundo Coimbra:⁸

Os pobres considerados viciosos, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho – uma das mais nobres virtudes enaltecida pelo capitalismo – e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um perigo social que deve ser erradicado; justificando-se assim as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial.

Toda essa discussão acabou gerando as estratégias de sufocamento da Praça da Feira, que diminuiu consideravelmente o fluxo de frequentadores devido ao fechamento de alguns bares sem alvará (licenciamento) e batidas policiais frequentes ao local. Esse lugar da pobreza não deveria existir, não ai, visivelmente incomodando a classe dominante.

Para o Secretário de Indústria (do ano de 2009) entre as dores do desenvolvimento está o aumento da população que migra e mais uma vez a

justificativa de que a marginalização é uma consequência indesejável do capitalismo, naturalizando as desigualdades sociais.

Essa discussão remonta o início do Século XX quando era preciso expulsar do centro o espetáculo da miséria, e a força pensada para auxiliar a manutenção da ordem nos espaços públicos foi a polícia.

Bretas,⁹ ao analisar a reforma urbana pela qual passou a cidade do Rio de Janeiro (1907-1930) percebeu o crescimento do papel da polícia porque é seu papel controlar “as massas de trabalhadores pobres”. Ao enfatizar as reformas urbanas, e também as revitalizações e normatizações de espaços públicos que estamos nesse trabalho tratando, não podemos deixar de lado a polícia que tem papel fundamental “na acomodação e manutenção da vida e da ordem”.

Em Cáceres, o número de efetivo na polícia vem aumentando, confirmando a mesma direção na busca de solução adotada pela política governamental do governo Lula contra o crime: aumento da repressão, aumento das forças policiais, aumento da violência. Petras¹⁰ argumenta que com o aumento da repressão as cadeias estão superlotadas e, mesmo havendo um aumento no ritmo de encarceramentos, essa política não diminuiu as taxas de criminalidade no Brasil. E este Esta-

do também convence por meio de suas leis e com coerção, e segundo Fontes¹¹ justifica sua ação policial em determinados locais para torná-lo mais seguro para as classes médias e transeuntes poderem passar ali tranquilamente. Assim, a violência do Estado se configura como legítima principalmente em espaços considerados perigosos.

O policiamento e as intervenções da polícia nos arredores da Praça da Feira vêm continuamente aumentando. Nesse contexto, possivelmente o acirramento do policiamento do local como alternativa para garantir a “segurança”, sendo considerada uma ação legítima do Estado, transforma-se numa tentativa para amenizar o problema da “marginalidade”, brigas e prostituição que ocorrem no local, mas na realidade essa ação mascara a grande concentração de renda de alguns segmentos capitalistas e o aumento da desigualdade social em proporções gigantescas.

A praça da feira, longe de ser um lugar estático e homogêneo tornou-se palco de várias atividades e de atores sociais que utilizam esse logradouro de diversas maneiras: via de sobrevivência material e reprodução social, tomada como territorialidade popular. Pensar assim é assumir que a praça não é um espaço único, mas múltiplo; é refletir sobre como o espaço está sendo utilizado, e que essas apropriações aca-

bam rompendo com o ideário projetado e definido, descaracterizando inclusive o que é visto como “normalidade” pela sociedade. Dialogando com Certeau,¹² “o espaço é apropriado pelas pessoas de acordo com sua interação com o mundo”, articulando práticas sociais muitas vezes lidas como marginais.

A ofensiva burguesa será continuar na desestabilização desse lugar como lugar do encontro, inclusive porque devido ao crescimento da cidade, tornou-se também parte integrante do centro da cidade e portanto a valorização imobiliária do local é visível com a construção de algumas farmácias, postos de gasolina, e comércio local. Trata-se agora de um espaço que a burguesia quer se apropriar, quer fazer usos distintos dessa parte da cidade destituindo desse cenário os pobres, os miseráveis, os sem nome, os sem lugar algum.

A Feira, possivelmente deve continuar porque é fruto das contradições provocadas pelo capitalismo. Acabar com ela significa acabar com um espaço de sociabilidade importante da cidade que inclusive mais segmentos sociais nesse espaço diurno interagem. Mesmo sendo este espaço uma expressão da desigualdade social vivenciada na sociedade é importante ter um espaço de sociabilidades como este pois, ali coexiste temporalidades, agentes e processos muito diversos,

traduzindo-se numa riqueza de possibilidades: realização de lucros, formas de sobrevivência imediata, de festa, de vários usos e apropriações desse território urbano (muitas vezes de forma “transgressora” e ilícita), e portanto talvez estejamos tentando “preservar a rua como lugar de encontro”, evidenciando essa “velha urbanidade” como espaço da vida cotidiana. Já dizia Certeau:¹³

[...] a rotina consagrada da sociedade burocrática do consumo organizado empobrece a sociabilidade e cotidiano. Mas a contradição não se dissipa, pois o novo se confronta com a permanência.

Ao refletir sobre esse lugar, tentamos abordar o que acontece na cidade, e por isso, nos voltamos para o cotidiano, para lugares da cidade, “microcosmo onde a vida e as formas de apropriação se revelam pois, o homem não habita a metrópole, mas há lugares da metrópole onde se desenrola a vida”. Mas as falas burguesas deixam muito claro que a ofensiva está crescendo e que o futuro é nebuloso...

A look at the illegal city from the square of the Fair Cáceres - MT

Abstract

In this article we discuss about the alleged purpose of the modernization of a specific square in the city of Cáceres, which become integral to the central

area is bothering sectors of local society (merchants, entrepreneurs, policy makers, public authorities, public and private agencies associations, religious) since his nightly use is interpreted as local prostitution, orgies mess and causing much controversy and integrating these segments to produce changes in that location. We will discuss some of these strategies that are read by many as a way to “ease the social problems” but for us it takes another interpretation: that place just externalizing social inequalities experienced in the everyday life of this society and therefore should be “suffocated” since it is very evident. Changes in urban structure related to the model city that makes up the current administration, being here as another factor interpreted policy segregating and excluding workers and people who attend there experience daily.

Keywords: City. Exclusion. Elite.

Notas

- ¹ CRUZ, Natália Micossi Da. Resenha. In: RO-BBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2003. Disponível em: <<http://cecemca.rs.unesp.br-ojs-index-php-estgeo-article-203>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- ² SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. O Receio dos trabalhos perdidos: Corpo e cidade. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC*. EDUC, 1996. p. 92.
- ³ NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia W (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.p. 87.

- ⁴ HELZER, Hilda et al. El proceso de renovación urbana em La Boca: organizaciones bariales entre nuevos usos y viejos lugares. *Revista Actual On Line*, v. 2, n. 22, jul. 2008. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/memoy sociedad/article/view/8073/6407>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- ⁵ ASSESSORIA PMC. “Ricardo Henry entrega praça e avenida revitalizadas e inaugura semáforo” em 07/05/2007; “Ricardo Henry revitaliza praça e avenida” em 09/05/2007; “Praça da Feira tem espaço melhorado” em 01/08/2007, disponibilizadas no site www.caceres.mt.gov.br.
- ⁶ BOURDIEU, Pierre 1982. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995. p. 279.
- ⁷ JORNAL OESTE. *Posse de Túlio Fontes como prefeito em 30/12/2008*. Disponível em: <<http://www.jornaloeste.com.br>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- ⁸ COIMBRA, Cecília. *Operação Rio, o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001, p. 91.
- ⁹ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003, p. 39.
- ¹⁰ PETRAS, James. *Brasil e Lula: ano zero*. Blumennau: Edifurb, 2005, p. 219.
- ¹¹ FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley & LIMA, Júlio César (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 69.
- ¹² CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*, 1. Artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 202.
- ¹³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, 1. Artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 198.

Referências

ASSESSORIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES. “Ricardo Henry entrega praça e avenida revitalizadas e inaugura semáforo” em 07/05/2007; “Ricardo Henry revitaliza praça e avenida” em 09/05/2007; “Praça da Feira tem espaço melhorado” em 01/08/2007. Disponível em: <<http://www.caceres.mt.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco.

BOURDIEU, Pierre 1982. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*, 1. Artes de fazer. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio, o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CRUZ, Natália Micossi Da. Resenha. Robba, Fábio; Macedo, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2003. Disponível em: <<http://cecemca.rs.unesp.br-ojs-index-php-estgeo-article-203>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

FONTES, Virgínia. Sociedade civil no Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lucia Maria Wanderley; LIMA, Júlio César (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ EPSJV, 2006.

HELZER, Hilda et al. El proceso de renovación urbana em La Boca: organizaciones bariales entre nuevos usos y viejos lugares. *Revista Actual On Line*, v. 2, n. 22, jul. 2008. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/memoy sociedad/article/view/8073/6407>. Acesso em: 21 abr. 2009.

JORNAL OESTE. *Posse de Túlio Fontes como prefeito em 30/12/2008*. Disponível em: <<http://www.jornaloeste.com.br>>. Acesso: 21 abr. 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia W (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

PETRAS, James. *Brasil e Lula: ano zero*. Blumenau: Edifurb, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O Receio dos trabalhos perdidos: Corpo e cidade. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC*. EDUC, 1996.